

# A EDUCAÇÃO INFANTIL REFLETIDA NAS TELAS: UM PANORAMA COMPOSTO A PARTIR DE LIVES SOBRE INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL NA PANDEMIA DE COVID-19

*THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION  
REFLECTED ON THE SCREENS:  
A SCENERY COMPOSED FROM  
LIVESTREAMS ABOUT CHILDHOOD  
AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION  
IN THE PANDEMIC COVID 19*

**Natalia Francisca Cardia dos Santos 1**

**Resumo:** Neste artigo analisamos transcrições de lives que trataram temáticas relacionadas à Educação Infantil em tempos de Covid-19, sob a ótica da defesa das crianças e das infâncias, com aporte na Pedagogia da infância e na Sociologia da infância, transmitidas entre abril e junho de 2020. As transcrições utilizadas como base para esta análise foram registradas por seus próprios autores e por meio delas localizamos reflexões em três esferas, sendo a mais evidenciada e por esta razão o objeto de análise deste artigo a 'Formação política e análise de conjuntura'. Considerando ser urgente considerarmos as crianças e suas infâncias nas propostas voltadas à Educação Infantil nesse contexto da pandemia, a pesquisa a partir das transcrições de falas oriundas dessas lives possibilitou tornar visível o cenário composto pelas reflexões, dilemas e tensões presentes nesse recorte histórico e temporal, preservando a essência representativa e dinâmica da expressão do vivido em tempo real.

**Palavras-chave:** Infância. Educação Infantil. Covid-19.

**Abstract:** In this article we analyze transcripts of lives that dealt with themes related to Early Childhood Education in Covid-19 times, from the perspective of the defense of children and infants, with input in Childhood Pedagogy and Childhood Sociology, transmitted between April and June 2020. The transcripts used as a basis for this analysis were recorded by their own authors and through them we found reflections in three spheres, the most evident and for this reason being the object of analysis of this article the 'Political formation and analysis of the situation'. Considering that it is urgent to consider children and their childhoods in proposals aimed at Early Childhood Education in this context of the pandemic, research based on the transcriptions of speeches from these lives made it possible to make visible the scenario composed of reflections, dilemmas and tensions present in this historical and time frame, preserving the representative and dynamic essence of the expression of the lived in real time.

**Keywords:** Childhood. Early Childhood education. Covid-19.

## Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia no Brasil em decorrência da Covid-19. Na mesma semana, o governador do estado de São Paulo, então epicentro da propagação do vírus no país, determinou a suspensão das aulas presenciais em todas as instituições de ensino públicas e particulares. E do mesmo modo outros Estados brasileiros foram gradativamente interrompendo o atendimento presencial nas escolas e passando a anunciar indicativos de realização de atendimento remoto como alternativa neste período de isolamento social para que houvesse continuidade do ano letivo, inclusive para a educação infantil enquanto etapa integrante da educação básica do país.

Se pensarmos em termos de marcos históricos podemos indicar que este tenha sido, nesse sentido, o ponto de partida para um grande e importante movimento que se iniciou a partir dali: “o fenômeno” das lives transmitindo ao vivo encontros de pesquisadores, organizações, figuras políticas, entre outros, com o objetivo de discutir temáticas relacionadas a educação em tempos de pandemia.

Tomamos aqui a liberdade de chamar de fenômeno, porque até então a tecnologia era pouco utilizada para esses encontros, que usualmente ocorriam de forma presencial. Ousamos até inferir que essa seja uma escolha totalmente relacionada a ideia de que educação se faz na relação, que é uma premissa que há tempos nos acompanha no universo da educação.

Essa necessidade pôde ser atestada pelo reflexo na realização de lives tratando de educação na internet, como uma estratégia encontrada por inúmeros grupos com temas e interesses em comum, com vistas a manter vivo o diálogo, a proximidade das interlocuções e as reflexões coletivas.

Assim, com a pandemia, reflexões traçando os mais diversos caminhos para olhar essa situação sem precedentes no campo da educação que de um dia para o outro tornaram-se uma realidade sendo experimentada cotidianamente por nós, seja na esfera das políticas públicas de educação, seja no âmbito dos profissionais da educação, seja nas vivências familiares, seja na vida de cada criança, adolescente e jovem na condição de estudante, e com a imposição do distanciamento social, passaram a ser compartilhadas via Redes sociais, por meio das chamadas *lives*.

Conforme já mencionamos em texto anterior:

Por live, entenda-se: uma gravação de vídeo transmitida ao vivo na Internet, geralmente feita por meio de aplicativos e redes sociais como o YouTube, Instagram, Twitter, Facebook e TikTok, que possuem ferramentas que permitem ao usuário fazer transmissões de vídeo por meio de sua conta pessoal, a qual os seguidores dessa pessoa/canal/instituição podem ter acesso e acompanhar a transmissão em tempo real. (Santos, 2020)

Desse modo, especialmente a partir do mês de Abril de 2020, coincidindo com a intensificação dos casos confirmados de covid-19 no Brasil, a percepção de que o retorno presencial se tornava mais distante e improvável a cada dia impondo uma nova realidade também se intensificava, conduzindo para uma necessidade cada vez mais premente de pensar a educação infantil em suas múltiplas esferas, considerando a interrupção do atendimento nas escolas.

Eu, na condição de pesquisadora e docente da educação infantil da Rede municipal de São Paulo, fui convidada para uma das primeiras *lives* que trataria da problemática da EAD na educação infantil, no âmbito da Rede Municipal. E foi a partir desse convite que me dei conta da amplitude e da proporção que esse tipo de conversa, com pautas relacionadas a educação, transmitidas virtualmente, tomaria a partir de então.

O interesse aumentou e o questionamento quanto a possibilidade de entender como a educação infantil estaria (ou não) sendo incluída nessas conversas, deu início ao primeiro movimento de pesquisa que realizamos tendo como foco as lives relacionadas à educação infantil. Essa primeira pesquisa<sup>1</sup> registrada no artigo intitulado ‘AS INFÂNCIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE

<sup>1</sup> Artigo aprovado para publicação na revista Olhar de professor, na edição especial Educação e Covid-19 a ser disponibilizada em janeiro de 2021.

PANDEMIA: Que cenário revelam lives sobre o tema', naquele momento teve sobretudo, "o objetivo de localizar tais iniciativas no tempo e no espaço virtual, sistematizando-as em registro escrito como meio de buscar garantir que assim resistissem ao tempo e a diversidade de publicações espalhadas nas redes sociais" (Santos, 2020, p. 12).

Utilizando o termo-chave 'Educação infantil em tempos de pandemia' a pesquisa localizou 78 transmissões, que analisadas em seu conteúdo anunciado (baseando-se no canal promotor, nos resumos e panfletos virtuais disponíveis em sua apresentação, assim como nas pessoas e entidades a frente de sua realização) foram categorizadas em duas vertentes, que se tornaram perceptíveis na análise.

Na primeira categoria foram enquadradas lives que traziam indicativos de defesa/ divulgação (direta ou indireta) de ideias e concepções privadas. E na segunda categoria, que retornou 36 lives, foram agrupadas lives com interesse de análise da conjectura atual, discutindo a educação infantil no contexto da pandemia sob um olhar crítico, apartidário e tendo como premissa principal a defesa das crianças e suas infâncias nesse contexto.

E foi esta segunda categoria que nos mobilizou a dar continuidade nessa pesquisa sobre lives que tratam de educação, uma vez, que mais que localizá-las, percebemos a necessidade de retratar as reflexões presentes nesses momentos, haja visto que como registrado na época, tivemos "a grata surpresa de observar que muitas pessoas, de diferentes áreas do conhecimento, têm se reunido para olhar para as crianças e suas infâncias nesse período de pandemia (...) que vem deixando registrado aspectos, percepções e preocupações extremamente relevantes nesse tema" (2020, p. 14).

Para a continuidade desse movimento uniram-se a mim, duas grandes pesquisadoras, e juntas organizamos a publicação 'Resistir para/com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19'<sup>2</sup>, que como o próprio título anuncia, reúne o registro de falas e diálogos proferidos em *lives* que se enquadram na segunda categoria organizada na pesquisa anterior.

Esta publicação abrange a transcrição/participação de 49 convidadas e convidados, resultando num registro de 323 páginas, que fora com muita alegria, assim sintetizado por nós:

Ao nos lançarmos ao desafio de mergulhar em outras linguagens, juntamente com as(os) quarenta e nove pesquisadoras(es) que aceitaram o convite de se juntarem a nós, reunimos diálogos de vários lugares do Brasil, com registros transcritos pelas(os) próprias(os) autoras(es), fiéis do que foi dito naquele momento, salvo algumas alterações efetuadas em palavras necessárias para possibilitar a compreensão do que foi explicitado e cortes de trechos mais longos, e/ou exemplos tornando a estrutura da escrita/leitura mais objetiva e compacta, mas preservando o conteúdo, que permanecem com as marcas de oralidade e da contextualidade espaço-temporal de quando foram transmitidos ao vivo, e organizados por data da transmissão. Deste modo, ensinamos que as próprias falas transcritas deem conta de localizar os acontecimentos nessa delimitação cronológica, funcionando como uma espécie de retrospectiva do que foi discutido acerca de Educação Infantil no mencionado recorte de tempo. Temos certeza de que, ao conferirmos materialidade às lives, que somam tantos olhares e pontos de vista dessa temática, compusemos um acervo documental em múltiplos eixos, e daqui seguimos com a esperança de que a união da força da palavra dita à palavra escrita seja instrumento potente e relevante para quem arrisque, neste ou em outro tempo, sonhar e viver a educação em prol de uma vida mais cidadã para todas as pessoas, resistindo e ousando com a infância,

<sup>2</sup> Publicação já aprovada, em processo de publicação pela revista Zero a seis, na seção 'Outras Linguagens' da edição de outubro de 2020

para continuar a existir em tempos de Covid-19 e no que vier a partir desse período. (Santos, Silva e Faria, p. 2, 2020)

Essas vozes em reflexão e clamor se erguem e podem ser ouvidas ao serem ditas quase que em coro pelas educadoras e educadores autores dessas falas e respectivas transcrições.

E é justamente a partir da escuta, ou melhor dizendo, da leitura, desse coro de vozes potentes e esperançosas, repleto de reflexões, teoria, prática, proposições e criações de quem pensa onde os pés pisam, ou seja, no chão da escola, que localizamos um rico acervo documental capaz de erguer a voz para diversas nuances desse momento histórico, dentre os quais destacamos Interseccionalidade na práxis (gênero, raça/etnia, classes e idade) proposições Pós pandemia e Formação política e análise de conjuntura', sendo esta última a delimitação em que focaremos neste artigo.

### **Vozes em coro: O que nos dizem**

As transcrições utilizadas como base para esta análise foram registradas por seus próprios autores e por meio delas localizamos múltiplas possibilidades analíticas que remetem a convergência de reflexões e nuances que se assemelham em diversos diálogos/preleções transcritas.

Nesse sentido, analisando o documento mencionado, é possível observar possibilidades de abordar e aprofundar muitas outras nuances que se fazem presentes e indicam convergências em muitas das falas transcritas, independentemente da região do país em que as lives foram situadas, tendo muitos pontos em comum até mesmo na live que aborda Portugal.

Desse modo, embora tenhamos optado em tratar da Formação política e análise de conjuntura, dada a limitação em termos de quantidade de laudas especificadas para um artigo, entendendo que este seja apenas um dentre tantos desdobramentos possíveis desse movimento de pesquisa, e que seja esse realmente o objetivo desde o início, buscando que as nossas vozes se ergam cada vez mais, coadunando com Bell Hooks, quando nos inspira a luta a partir do rompimento do silêncio e de sua transição em vozes que se erguem unidas:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio, que cura, que possibilita a vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de "erguer a voz", não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (Hooks, 2019, p. 38).

E sendo assim anunciamos que além da categoria sob a qual nos debruçaremos, ao longo das leituras localizamos muitas possibilidades para possíveis pesquisas, dentre as quais destacamos: Interseccionalidade na práxis (gênero, raça/etnia, classes e idade), já que o documento foi complementado para dar conta dessas questões, incluindo também na seleção de lives transcritas algumas em que foram abordados temas como racismo na Educação Infantil, relações de gênero e a relação entre feminismo e políticas públicas de educação para a Educação Infantil, transmitidas até o mês de agosto de 2020, o que significa que estavam inseridas no mesmo contexto histórico, mas ampliando o enfoque; Também é possível inferir que se possa aprofundar a análise sob a ótica de proposições Pós pandemia, uma vez que, justificadas pela unanimidade das percepções que indica desajustes por impossibilidade/desinteresse de planejamento, diversas reflexões presentes nas *lives* encaminham para essa necessária reflexão, apontando possibilidades e urgência de que se comece pensar nesse retorno, de modo a organizá-lo para quando o momento chegar.

### **Formação política e análise de conjuntura: convergências e similaridades retratadas nas lives Brasil afora**

Interessante colocar luz sobre o fato de que as lives transcritas na publicação 'Resistir para/

com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19' advém de praticamente todas as regiões do Brasil, tendo não somente diálogos pautados nas grandes capitais urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro, mas expandindo-se Brasil afora, chegando a englobar inclusive uma realidade internacional, a partir de um olhar sobre a educação infantil no contexto da pandemia, em Portugal.

Essa constatação, feita a partir do sumário da publicação onde estão registradas a origem dos participantes, bem como as notas de rodapé em que se pode observar as universidades de diversos Estados como promotoras dos encontros virtuais, nos possibilitam afirmar portanto, que as convergências localizadas entre as transcrição, de fato corroboram para a composição de um panorama em nível de Brasil, para além das peculiaridades de cada região e ou município/estado ao tratar das medidas diante da pandemia.

Assim o primeiro ponto em comum presente em todos os registros entre as diversas perspectivas trazidas nas vozes transcritas é que ao se falar em Educação infantil propriamente dita, os sujeitos sejam o centro. As crianças pequenas são a fonte e o fim, tal qual contribui Sinara Almeida que afirma que "De qualquer forma, precisamos pensar primeiro nas crianças. Nossa lealdade, como já dizia Fúlvia Rosemberg, é com elas".

É muito comum pensar a infância como algo apartado, fora da sociedade. Não, a infância compõe, como categoria social, a sociedade e a divisão social do trabalho. Não dá para pensar de uma maneira que não seja essa. Aliás, dá para pensar, mas nós respondemos pelas consequências. (Célia Serrão)

Pensar na indissociabilidade do cuidar e do educar nos desafia a construir um olhar não sobre as crianças, mas com as crianças. (Renata Cristina Dias Oliveira)

Observamos nesse sentido que todos participantes refletem a educação infantil sob a ótica da defesa das crianças e das infâncias, com aporte na pedagogia da infância e na sociologia da infância:

Nós precisamos defender fundamentos da infância e de quem é a criança, tecidos no interior de diferentes campos de conhecimento, especialmente daqueles que reconhecem a criança como um sujeito de direitos e consideram a diversidade étnico-racial, econômica, geográfica, cultural e social de cada uma delas. (Marlene Oliveira dos Santos)

E nesse sentido, considerada como sujeito de direitos, é reconhecido e legitimado à criança o direito a voz, a participação e a uma vida cidadã que inclui uma educação de qualidade

Nunca é demais sublinhar que as crianças participam ativamente do que ocorre ao seu redor e que, neste momento de crise, estão atentas, curiosas, observam, sentem, significam o que vivem ao seu modo e se expressam com suas formas singulares de dizer (...) (Patrícia Corsino)

Então nós temos um prejuízo muito grande neste tempo da infância, a gente tem perguntado muito se no meio de tudo isso, a gente tem conversado com as crianças. (Sumika Freitas)

Quando falamos do direito à educação, a gente não pode falar do direito como abstração, como aparece nas leis, mas precisamos falar dele concretamente, como ele se realiza. Não são apenas números de crianças que estão tendo acesso à educação, são relações concretas de classe, de raça, de gênero, que chegam nas crianças de determinada maneira em cada território, de acordo com a forma que o direito se

organiza. (Carolina Catini)

Desse modo, considerando a educação infantil e as infâncias como um direito, os participantes também tem falas análogas quanto a ausência de um planejamento estratégico da situação e o modo a “toque de caixa” como os atendimentos presenciais foram interrompidos, interferiram diretamente no desafio de assegurar esse direito, que era uma constante no cotidiano:

*Nós saímos às pressas em uma semana, praticamente em uma semana. O comunicado do governador foi em uma sexta-feira ao final do dia e nós tivemos uma semana para nos organizarmos para poder sair. Saímos às pressas, deixamos as instituições de ensino, da Educação Básica e do Ensino Superior, e não tivemos muito tempo para nos organizar. Isso tem trazido consequências. Além disso, quero lembrar vocês que o cenário muda todo o tempo. É um cenário de incertezas. Nós saímos pensando que talvez fosse uma coisa para três ou quatro semanas e retomariamos da melhor maneira possível. (...) A Prefeitura Municipal pensando num cronograma de retorno, a Secretaria Estadual também, então, claro, isso vai trazendo um certo desconforto, um certo receio, que é razoável, a gente também sente isso, que daqui a pouco teremos que retomar as atividades presenciais sem nenhuma forma de organização, sem nenhuma medida. Ou seja, estamos vivendo uma situação que vou chamar de caótica, há uma falta de liderança, uma falta de articulação e o Estado se ausentou. Parece muito mais inclinado a cuidar das questões econômicas e deixando de lado medidas que poderiam dar suporte às demissões ou enfraquecimento das famílias. Então, estamos vivendo uma situação muito difícil. (Marcos Garcia Neira)*

Passamos por um momento que nos embargou a fala. Sentimos medo, e algumas de nós ficaram paralisadas, angustiadas. Vivemos um clima de tensão, ansiedade, por muitos dias não conseguíamos dormir. Muitas de nós tiveram familiares que faleceram, outros internados em decorrência da COVID-19. O grupo sentiu, como todos os brasileiros e todas as brasileiras sentiram, de diferentes maneiras e de diferentes lugares, esse tempo. (Nayara Alves Macedo)

Muito bem, a pandemia obrigou a adotar um novo modo de se comportar, de viver, a todas as famílias brasileiras e a algumas famílias que têm crianças da Educação Infantil em casa. Obrigou também as escolas a repensarem estratégias, outras, de apoio, de acompanhamento, dessas rotinas das crianças nas suas casas. Isso é uma coisa. A outra coisa que chamamos atenção sempre é sobre os riscos que a gente tem de pedagogização das atividades de Educação Infantil em casa. Aí é outra conversa. Os nossos fóruns, coordenados pelo MIEIB, que é o movimento que organiza os vinte e sete fóruns no Brasil. Dos vinte e seis estados e do Distrito Federal, então o MIEIB que coordena politicamente essa ação dos fóruns, é muito importante e tem tido um papel fundamental nessa discussão sobre a Educação Infantil de qualidade. Na realidade, é como essas crianças, como essas escolas de Educação Infantil têm enfrentado essa nova forma de se comportar, das famílias e das crianças, em relação, especificamente, à Educação Infantil? É muito comum nós ouvirmos depoimentos assim, muito fortes até, de famílias, de professoras(es) que estão



apavoradas(os), sem saber o que fazer e isso, obviamente, isso é uma coisa que é absolutamente compreensível, afinal de contas nem as crianças, nem as famílias, nem as escolas de Educação Infantil estavam preparadas. Fomos todos nós, fomos pegos de surpresa por essa pandemia. Então é natural que nós tenhamos esse, inicialmente, esse estranhamento, aí veja só, como é que esse estranhamento então chega no contexto de uma cotidianidade dessas crianças que agora estão nos seus contextos familiares e não estão mais no contexto escolar? Há diferença. (Adelaide Alves Dias e Fernanda Mendes Cabral)

Conforme nos alerta Jessica Blasques da Silva, em discussão acerca dessa questão em uma das *lives*, “Quando não está bem resolvida, para a sociedade, a ideia de como se desenvolvem os bebês e as crianças pequenas, se torna presente a ideia de que o currículo da Educação Infantil pode ser resumido a formas instrumentais e a tarefas”. E isso de fato se vê refletido nas narrativas das *lives*, que apontam como um problema nevrálgico a desconfiguração das especificidades da educação infantil, que é desqualificada pela própria legislação, em especial pelo parecer da CNE, que aponta obrigatoriedade de 800 horas para assegurar o ano letivo na educação básica independentemente da etapa, o que conforme indicam os autores trouxe um impacto direto para a educação infantil e seus profissionais que se viram forçados a desenvolver ações de ensino remoto para as crianças da educação infantil

*Num momento de pandemia, com esse movimento de prevalência do direito à educação e uma concepção de educação que, embora nós tenhamos as diretrizes curriculares nacionais de 2009, que traduzem o conhecimento produzido na área e as mais atuais pesquisas, embora nós tenhamos esse documento, que é bastante importante, de uma qualidade reconhecida, muito facilmente a Educação Infantil fica refém da cultura escolar. Muito facilmente fica refém dessa estrutura que temos nas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. E não poderia ser diferente no momento de pandemia. O que acontece neste momento de pandemia? O que se propõe como educação não é educação! Quando muito, é o ensino numa perspectiva de ensino também questionável. O que vem se propondo, o que os documentos, sejam os documentos do Conselho Estadual ou o documento do Conselho Nacional de Educação, que foi aprovado recentemente, é um olhar bastante centrado no calendário escolar: houve flexibilização para os 200 dias, mas não para as 800 horas. O GT 07 da ANPED, os Fóruns estaduais de Educação Infantil e o MIEIB se posicionaram, pedindo essa flexibilização, buscando marcar qual é a especificidade da Educação Infantil. Como, assim, pensar atividades remotas para Educação Infantil? A Educação Infantil não é propedêutica, não é preparatória para o ensino fundamental. A avaliação na Educação Infantil é o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças. Então esses argumentos de recuperar o tempo perdido, de preparar para o próximo ciclo, isso não cabe na Educação Infantil. Mesmo com os manifestos do GT 07 da ANPED, do MIEIB, do nosso Fórum Paulista de Educação Infantil – mesmo com todas essas manifestações –, prevaleceu no documento do Conselho Nacional um olhar centrado na reposição e em formas de contabilizar horas para atender à carga mínima*

*obrigatória. Isso é muito preocupante! (Celia Serrão)*

Penso que estamos à frente de um grande desafio, que é o de começar a questionar qual o foco da nossa reflexão, neste momento que estamos vivendo. Muitas vezes percebemos que o foco e a preocupação estão muito mais no conteúdo do que nos sujeitos. Essa é uma questão que precisa ser problematizada.

A professora Célia colocou, no início, que não existe EAD para a Educação Infantil. Todas as aprendizagens que relatei, tudo o que estamos aprendendo com os bebês, não é algo que se constrói a distância, através do ensino remoto. Não é possível concretizar no virtual aquilo que concretizamos no real, na interação, no presencial, no olho a olho. (Renata Dias)

A fala da professora Cassiana Guimarães evidencia também esse aspecto, mas o amplia para uma próxima questão congruente ao grupo, que diz respeito a estratégia de educação infantil remota por meio da publicização de vídeos, o que implica de um lado na exposição das crianças as telas e de outro na sobrecarga e descaracterização do trabalho das professoras e professores atuantes na educação infantil. Diz ela:

Quando tratamos de pareceres que remetem às políticas educacionais para a Educação Infantil no Brasil, é importante nós considerarmos dois aspectos: o primeiro deles é o alto índice de pobreza que nós temos no país; o segundo deles é o reconhecimento recente da Educação Infantil enquanto etapa da Educação Básica e essa crescente busca pela identidade da etapa. Esses dois aspectos são importantes por trazerem muitas inquietações às (aos) profissionais da Educação Infantil, porque o Parecer do CNE traz direcionamentos que interferem tanto na identidade da etapa, quanto também na situação dessas crianças brasileiras, e a maior parte dessas crianças vive em situação de pobreza e nos trazem preocupações.

A primeira delas, e que é uma das mais importantes, é a centralidade do cumprimento da carga horária e dos conteúdos pedagógicos da Educação Infantil, transpondo um modelo de educação presencial para um modelo de educação a distância, no qual não estamos acostumados na Educação Infantil. A segunda preocupação é que quando há transposição desse modelo, nós percebemos uma ênfase nas atividades de registro em folha, o que desconsidera os eixos estruturantes da Educação Infantil, que são as interações e a brincadeira.

Uma outra reflexão que também traria uma precarização do ensino na Educação Infantil é a questão da necessidade e da possibilidade que as redes e instituições estão dando às (aos) professoras(es) de organizarem essas atividades remotas e a distância por meio de vídeo-aulas e áudios, muitas(os) professoras(es) não têm formação específica para isso, o que vai acarretar a precarização do ensino e muitas(os) também não têm equipamentos adequados para esse fim. Por fim, uma situação que tem nos preocupado bastante e que vem à tona



até pelo histórico de desvalorização profissional que perpassa as(os) professoras(es) da Educação Infantil são as fragilidades nos contratos de trabalho... temos contratos temporários, contratos de estagiárias(os), terceirizações. Então, além de toda insegurança da instabilidade, essas(es) professoras(es) estão sendo procurados por essas instituições para fazerem aulas on-line, áudios, mesmo não concordando, fazem porque correm o risco de perder o emprego.

Essa perspectiva de distorções relacionadas a necessidade de comprovar o atendimento remoto com vistas a validar as 800 horas exigidas para o ano letivo foi fortemente reforçada, inclusive pelas Redes de educação, como podemos observar, por exemplo em relatos que tratavam de São Paulo e Espírito Santo:

A segunda questão é se as(os) professoras(es) estão sendo pressionadas(os) pela administração. Cabe esclarecer que a Normativa nº 15 foi feita de uma forma única para todas as etapas da Educação Básica. Então, ela engloba desde a Educação Infantil, o CEI de zero a três anos, até EMEI, e chega à EMEF. Agora, veja que são especificidades completamente diferentes-uma coisa é eu dizer/eu falar sobre aulas para a turma do quinto ano, outra coisa é eu pensar em aulas e possibilidades que sejam em ambiente virtual para crianças de dois anos, de quatro anos. São movimentos bastante diferentes. Então, sobre a pressão: ué, se você tem uma Normativa, dizendo que o processo de aprendizagem que vai durar todo esse período de suspensão, dar-se-á prioritariamente por meio do material impresso e complementarmente em ambiente virtual (Independente de qual a etapa). Isso dá um anúncio da resposta da sua pergunta. E aí, se a gente lembrar aquele começo, que a gente falou da entrevista do Secretário, em que ele diz que vão ser analisados os documentos e aquilo que foi produzido essa questão da pressão sentida fica ainda mais evidente... eu até recuperei a questão aqui: “Mas não precisa completar as 800 horas que a legislação exige?” – Pergunta o repórter. E aí o Secretário diz assim: “Sim, basta considerar as atividades desse período como hora-aula para a creche, mas quando se fala de pré-escola e Ensino Fundamental, essa contabilização de horas-aula tem que ser feita com muito mais rigor, porque estamos falando de uma fase de alfabetização. Aí, é ensino obrigatório, creche não é. A gente vai ter como um critério mais rígido para completar as 800 horas do ano”. Ué? Então, vejam, ouçam o que o Secretário está dizendo- Que vai ser feita uma análise se vai computar esse período para as horas ou não depois que voltarmos, de acordo com o que foi produzido. Como assim? Como a Portaria é genérica, ela contribui para que cada um tenha a sua interpretação. Então, pensando que nós já estamos em trabalho e que existe esse artigo que diz que nós temos que produzir, isso te parece uma pressão ou só uma ideia?” (Natalia Cardia)

E mesmo com a orientação, a gente tem notícias de escolas particulares preparando situações de EAD para crianças de três anos acessarem; muitas apostilas impressas, solicitando as famílias que busquem as apostilas nas escolas, nas redes municipais pelo fórum de Educação Infantil, pela UNDIME,

pela UNCME, nós fizemos a orientação que se primasse nas DCNEIs, que são as interações e as brincadeiras. E uma luta nossa, também, muito grande é a não transferência da docência para a família, porque isso a gente tem debatido bastante a situação de interação, eu, enquanto gestora, recebo da família demandas de se pensar em atividades de interação, brincadeiras, organização do tempo; que isso no tempo do isolamento social acaba ocorrendo e acaba exigindo uma organização de rotina, não transferindo esta docência para que o pai assuma este lugar da docência, de se fazer. E a gente tem vários relatos de que isto já está acontecendo. (Sumika Freitas)

Caminhando em paralelo com essas questões os autores denunciam nas *lives* o escancaramento das desigualdades, que já existiam no Brasil, mas que ficaram ainda mais evidentes no contexto da pandemia, onde se fez necessário por exemplo o uso da tecnologia como ferramenta de educação, quando muitos brasileiros não têm acesso à internet em seus lares. Do mesmo modo a convergências quanto a relação do aumento dessas desigualdades com as ações (e ausências de ação) do atual governo do país e a crise instalada, que infere em aumento do desemprego e, portanto, precariedade do acesso aos direitos básicos para além da educação, mas que a ela são vinculados, como por exemplo o direito à alimentação, que de certo modo estava garantido para as crianças na escola, e com a interrupção do atendimento deixou de ser assegurado.

Ademais há questões relacionadas a sobrecarga de trabalho, especialmente para as mulheres, onde incluindo a classe docente e demais trabalhadoras, seguem sobrecarregadas em tarefas de cuidado ao lar, aos filhos que agora estão em casa e ao *homeoffice* que foi instituído a partir da pandemia e da imposição de distanciamento social e a preocupação com o fato de que haja transferência dessa responsabilidade de educação escolar para as famílias. Este trecho da fala da professora Marlene Oliveira dos Santos resume bem essas percepções, que são compartilhados unanimemente por todos, ao olharem para as realidades de suas regiões,

Que o Brasil é um país com desigualdades sociais brutais, todos nós já sabemos, mas essa pandemia fez com que isso ficasse muito mais escancarado, uma vez que as pessoas estão vivendo esse momento de forma distinta. Muitas estão em habitações precárias, sem água, sem saneamento básico, sem internet. Em Salvador, por exemplo, já tivemos desmoronamento, com a morte de uma avó de 44 anos e uma bebê com menos de um ano. Aqui tem famílias vivendo em casas condenadas pela Defesa Civil de Salvador (CODESAL).

O desemprego é alto e existe omissão do governo, que não dá conta de suprir as necessidades dos trabalhadores. Além disso, temos uma lentidão nas ações de proteção social, de prevenção e de cuidados, um aumento dos índices de violência e abusos contra os mais vulneráveis - mulheres, crianças e idosos. Outro aspecto que merece destaque é a falta da alimentação que é fornecida na escola.

*E nesse momento de pandemia cabe lembrar que a própria Convenção sobre os Direitos da Criança fala que “Todas as crianças e adolescentes têm os mesmos direitos. Direito de ser quem é sem discriminação, direito às raízes, direito a ter direito, direito a opinião, direito ao acolhimento” [...]. E a gente fica se perguntando nesse cenário: até que ponto esses direitos das nossas crianças estão sendo respeitados?*

E a sua voz, soma-se a denúncia da professora Sinara Almeida, a partir da qual conseguimos ouvir todas as vozes erguidas nas lives, refletida:

Esse vírus só escancarou, colocou uma lente de aumento em cima de todas as mazelas que a humanidade já vivia: a imensa desigualdade social está muito mais evidente (se a doença chegou pela classe mais abastada financeiramente, está matando muito mais pessoas das classes sociais mais baixas, que não podem ficar em casa em isolamento), assim como a supremacia dos Estados Unidos sobre o mundo (interceptação de respiradores, ameaças à ONU), a necessidade de manutenção do Sistema Único de Saúde-SUS, que é, sim, precário, mas se ele não existisse como estaria o povo nesse momento? A podridão da política brasileira, que a cada dia aparece com um novo escândalo para abalar ainda mais a população, que esquece das pessoas, dos CPFs, para pensar nos CNPJs... No caso das escolas, a pandemia evidenciou, por exemplo:

- o distanciamento das famílias, que não são consultadas para praticamente nada, mas que também não procuram a escola para encontrar alternativas para o dismantelo que está sendo a Educação à Distância-EaD em casa;

- o currículo inadequado, pautado em conteúdos e desconectado dos reais interesses e necessidades das crianças, com propostas de atividades mecânicas e repetitivas que atrapalham mais do que ajudam o desenvolvimento da concentração, atenção, imaginação... Agora algumas famílias podem estar se dando conta disso;

- a necessidade de interações e brincadeiras. Quanta falta nos fazem...Como queríamos que nossas crianças pudessem interagir e brincar nesse momento... mas quantas vezes as impedimos de fazer isso quando podiam, em nome de uma suposta aprendizagem que, como podemos constatar agora, não acontece ou acontece de forma muito mais sofrida se essas oportunidades não lhes são oferecidas!

*Isso tudo é novidade? Não. Mas queremos continuar nesse caminho? Que projeto de sociedade almejamos? Esse de João Pedros, Ágatas, Kauês e Kauans (crianças assassinadas no Brasil em ações policiais por serem negras e pobres)? Que projeto pedagógico queremos para a escola das nossas crianças? A escola é muito mais que um prédio: é um projeto de vida, e precisamos ter clareza sobre o que esperar dela.*

Nunca a fala de Hannah Arendt, fez tanto sentido, quanto faz nesse momento, em que nos debruçamos sobre tantas questões levantadas ao longo dessas falas transcritas e aqui analisadas:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, e,

com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nossos mundo e abandoná-las a sus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar em o mundo comum. (ARENDR, 1972, p. 247).

Nesse sentido, se de um lado temos ouvido muito falar em “inovação”, “novo normal”, “tecnologias”, “remoto”, “híbrido”, dentre outras; De outro lado todas as vozes que se unem em coro por meio dessas *lives* atestam que ao pensar em crianças, infâncias e educação infantil as palavras que remetem a conceitos e expressões que devem estar no centro das reflexões e do planejamento, seja na esfera das políticas públicas de educação, seja no chão das escolas de educação infantil devem ser, dentre tantas outras: “criança enquanto sujeito de direitos”, “democracia pautada na participação” e “educação enquanto direito humano.

### **Considerações Finais**

Essa é a primeira vez, e esperamos que seja a única, que a nossa geração enfrentará uma crise pandêmica dessa natureza e proporção. A pandemia da COVID-19 se anuncia como um marco histórico do século XXI, e pelo que se apresenta, logo, teremos que falar dos acontecimentos do mundo antes e depois da pandemia.

Nesse sentido, apresentado o caminho percorrido e o material utilizado como fonte da pesquisa, resta-nos esclarecer que diante da delimitação estabelecida buscamos captar, reunir e apresentar, um quadro analítico o mais verossímil possível da realidade atual das crianças e das infâncias no cenário da educação infantil que se apresentava no período daquele recorte de tempo, mas este panorama a cada dia, segue se confirmando e se mostrando cada vez mais atual, hoje e possivelmente pelo tempo que se perdue a quarentena, indicando que as consequências dessa pandemia serão profundas e afetarão, longitudinalmente, a humanidade em diferentes dimensões, tais quais as que aqui foram identificadas e evidenciadas em meio as reflexões analisadas, quais sejam: saúde, educação, emprego, renda, economia.

Diretrizes genéricas elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, desconsiderando as especificidades da infância; Interpretações aligeiradas, e direcionamentos capazes de ampliar o abismo entre plataformas virtuais ou planos de trabalho e a realidade das comunidades educacionais; a falta de estrutura, condições de trabalho e formação de professoras para o novo cenário; as injustiças sociais pelas quais passam tantas famílias e tantas crianças em um cenário de negação dos direitos básicos do cidadão registrados na constituição brasileira e os decorrentes impactos disso na educação; Tais aspectos são detalhadamente tratados nas lives e nos auxiliam numa possível razão do porquê da suspensão do atendimento diário nas instituições de Educação Infantil afeta tanto a vida das famílias, pesando duas dimensões- a social, como política pública quase exclusiva de apoio às famílias nesta tarefa, e a pedagógica- pois entendemos que as instituições de Educação infantil sejam espaços fundamentais para o encontro entre as crianças, para os seus processos de desenvolvimento, de socialização, a partir de um contexto intencionalmente planejado por profissionais.

Estas concepções são basilares para pensarmos o lugar das crianças neste momento histórico e inferir que um dos poucos lugares públicos por elas ocupados e uma das únicas políticas públicas de compartilhamento com as famílias da educação e cuidado das crianças, de modo constante e diário, são as escolas de Educação Infantil.

Assim, este momento inédito nos convoca a olhar com criticidade a tudo o que está a nossa volta, sem renunciar aos princípios que pautam a Educação Infantil, como a autoria docente, o protagonismo infantil, o entendimento das crianças como sujeitos de direitos e das famílias como parceiras fundamentais do processo educativo.

Com Qvortrup (2010), com a sociologia da infância e na interlocução com os autores das

lives, entendemos as crianças como sujeitos políticos, que são afetados diretamente pelas tomadas de decisão nesse âmbito. Neste sentido, as crianças são sujeitos afetados inclusive pelas políticas que não estão diretamente focalizadas nelas, tais como as políticas relativas ao emprego, renda, dentre tantas outras, assim como aquelas que lhes são diretamente direcionadas, como a Educação Infantil. As crianças são sujeitos políticos também porque têm uma leitura e opinião a dar sobre as questões que ocorrem na sociedade.

Nesta direção, fica lançado a todos nós o desafio de escuta das crianças e a consideração dos seus pontos de vista, tendo em vista que neste período de pandemia as crianças têm sido invisibilizadas, como nos relataram os autores.

Assim do mesmo modo que expectamos que este artigo permita observar os impactos a pandemia pode gerar (ou estar gerando) para a Educação infantil no contexto nacional, desejamos vigorosamente, como anunciado desde o início desse movimento de pesquisas por meio de lives, que a união da força da palavra dita à palavra escrita, bem como das vozes de adultos e crianças entoadas na mesma altura, possa ser instrumento potente e relevante a ser usado como recurso para que possamos enxergar e entender esse panorama, de tal modo que as ricas trocas, diálogos e reflexões apresentados nas lives transcendam o espaço online coexistindo fora dele, tornando-se assim ferramenta de compreensão e proposição de mudança de tudo que será preciso rever posteriormente (ou que já está sendo evidenciado) do ponto de vista da interseccionalidade, para, como já dissemos, tornem-se instrumento de resistência e re-existência para todo aquele que se arrisque, neste ou em outro tempo, a sonhar e viver a partir das infâncias e da educação infantil, uma educação em prol de uma vida mais cidadã para todas as pessoas.

Nosso desafio, para além de lidar com as incertezas, de um tempo que nos remete a muito mais perguntas do que respostas, é imperativo não perder de vista as lutas históricas em defesa dos direitos das crianças, das (os) professoras(es) e de outras(os) profissionais da educação de modo que possamos, todas e todos juntos, erguer as nossas vozes como forma de luta em defesa de uma Educação Infantil emancipatória em seu caráter público, gratuito, laico, democrático, antirracista, não sexista e não capacitista para todos os bebês e todas as crianças.

## Referências

ARENDR, Hannah. **A crise na educação: III e IV. Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

QVORTRUP, Jens. **Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”.** Eurosocial Report, n. 47, pp. 11-18, Viena, 1993. Tradução de Maria Leticia Nascimento, para utilização em disciplina do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Infância e Política.** Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.777-792, set./dez. 2010.

SANTOS, Natalia Francisca Cardia dos. **As Infâncias e a Educação Infantil em Tempos de Pandemia: Que cenário revelam lives sobre o tema.** Revista Olhar de Professor, v. 23, p. 12-16, 23 abril. 2021.

\_\_\_\_\_; SILVA, Adriana da Silva; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. (Orgs). **Resistir para/com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19.** Revista Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. 42, out. 2020.

Recebido em 1º de outubro de 2020.

Aceito em 22 de fevereiro de 2021.